



A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO EM CIDADES LUSO-BRASILEIRAS: uma proposta de valorização de áreas produtivas

OLIVEIRA, MARCELO ALMEIDA (1);

FREIRE, MARIA DA CONCEIÇÃO MARQUES (2)

1. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. DINFE.
Belo Horizonte. Cidade Administrativa/Minas Gerais/Brasil; telefone 031 98377585;
maoout@yahoo.com.br

2. Universidade de Évora - Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento (UE-DPAO);
Centro de História de Arte e Investigação Artística (UE-CHAIA); Universidade de Évora, Apartado 94
– 7002-554 Évora, Portugal; telefone 00351 266 745334; mcmf@uevora.pt

RESUMO

O objetivo deste artigo é a valorização global dos espaços abertos em cidades antigas e/ou núcleos classificados, particularmente, daqueles cujas componentes produtivas e recreativas encontram-se associadas ao domínio privado. Evidenciamos, no conteúdo do texto apresentado, os seguintes aspectos: o conceito de jardim na ótica da cultura lusíada, os tipos de parcelas produtivas na malha urbana e a importância da agricultura de subsistência nas cidades, como parte da identidade cultural e simbólica existente nesses lugares. No mencionado contexto, ficam ressaltadas as tipologias de hortas, pomares e/ou jardins utilitários e/ou de ócio, espaços onde ocorre a integração simultânea de funções socioeconômicas, ambientais e recreativas. Toda essa abordagem está assentada numa visão holística da paisagem, essencial ao planejamento, o que é importante para evitar a degradação de complexos arquitetônicos e paisagísticos e proteger os vários sistemas que lhes são basilares, como o de circulação da água, de produção, de recreio, de suporte da biodiversidade, dentre outros.

Palavras chave: patrimônio paisagístico; espaços abertos; áreas produtivas.

Introdução

Nas últimas décadas, ficaram evidentes “as políticas de industrialização cultural da UNESCO¹ (...) com a rotulagem de bens culturais à escala mundial” (Choay, 2005, p.20), as ações de valorização do patrimônio cultural e do natural, bem como a construção de leituras e intervenções cada vez mais interdisciplinares. Buscamos nos ater a esses aspectos para tratar do nosso objeto específico: os espaços abertos produtivos – as hortas, os pomares e/ou os jardins utilitários e/ou de ócio – em cidades classificadas como Olinda e Ouro Preto, reconhecidas como Patrimônios da Humanidade pela UNESCO.

Como característica marcante da paisagem dos núcleos antigos dessas cidades, destacamos a relação existente entre os espaços edificados e os não edificados, assim como entre os cheios e os vazios. O entendimento da forma arquitetônica não deve ser tratado a partir de um mero somatório de suas partes, como se fossem entidades autônomas, desarticuladas de um contexto maior – por exemplo, do meio natural e do cultural, onde se encontram inseridas e mantidas. É preciso compreender a mencionada forma também a partir de questões relacionadas à conservação e à transmissão do patrimônio, considerando-se as noções de tempo, memória e saber (Choay, 2005 e 2006).

Nas cidades classificadas, porém, predominam ainda ações de “cenarização”, em detrimento da real valorização do patrimônio natural e cultural. Aquilo que acontece nos fundos dos lotes, no interior das quadras ou na periferia dos conjuntos protegidos, evidencia situações marcadas pela falta de planejamento urbano, pela degradação ou mesmo pela destruição de espaços, atividades e vivências, comuns às antigas parcelas produtivas.

Assim, tornam-se bem visíveis as diferenças ambientais, arquitetônicas, culturais, físicas e sociais entre a cidade classificada (mais antiga) e a cidade contemporânea (mais recente). De maneira geral, as intervenções urbanísticas/arquitetônicas, quando ocorrem, encontram-se dissociadas do meio natural e do cultural e não levam em conta os saberes antigos assentes na articulação, na escala e na multifuncionalidade da paisagem.

Enfatizamos, por meio deste artigo, a necessidade de conhecer e valorizar o patrimônio paisagístico remanescente no tecido da cidade tradicional e/ou dos núcleos classificados, bem como a necessidade de pensar a articulação integrada deles com a cidade contemporânea, evidenciando-se valores estéticos, socioeconômicos, culturais e ecológicos.

Buscamos, então, a valorização global dos espaços abertos, particularmente, daqueles cujas componentes produtivas e recreativas encontram-se associadas ao domínio privado. Trazemos ainda, no conteúdo deste texto, reflexões sobre o conceito de jardim na ótica da

¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

cultura lusíada, os tipos de parcelas produtivas da malha urbana e a importância da agricultura de subsistência nas cidades, como parte da identidade cultural e simbólica de suas paisagens.

Em síntese, salientamos a necessidade de uma visão holística e interdisciplinar e a importância de se investir no planejamento global – como alternativa às práticas setoriais –, para evitar a degradação dos complexos paisagísticos e proteger os vários sistemas que lhes são basilares (de circulação da água, de produção, de recreio, de suporte da biodiversidade, dentre outros).

O patrimônio paisagístico de cidades luso-brasileiras

Ao nos depararmos com o patrimônio arquitetônico e paisagístico de cidades como Olinda (Pernambuco) e Ouro Preto (Minas Gerais), fica evidente a ideia de conjunto. Essa consciência resulta da integração entre a morfologia de tais cidades e as características biofísicas dos respectivos espaços, onde as mesmas foram geradas e transformadas em lugares especiais.

No tecido das referidas cidades, os espaços abertos – públicos e privados – asseguram a continuidade natural preexistente e surgem como jardins – utilitários e/ou associados ao ócio –, em função das dimensões emocionais e ecológicas que proporcionam, tanto em quem habita essas cidades quanto naqueles que as visitam. Consequentemente, o *genius loci* está bem presente nos respectivos conjuntos (Norberg-Schulz, [1981], p.6, 10-11).

Alguns núcleos tombados ou classificados, fundados no período colonial, ainda conservam traços que merecem ser ressaltados, para melhor compreendermos a identidade que os individualiza e os torna tão especiais. Os respectivos patrimônios ainda mantêm uma estreita harmonia e equilíbrio com a paisagem, situações observadas por meio da fenomenologia, da morfologia e das tipologias existentes. Nesse sentido, reforçamos a importância de certas peculiaridades no desenho da cidade tradicional, destacando-se dentre elas: a presença marcante do espaço vazio, a constituição de espacialidades amenas, o favorecimento dos cultivos de subsistência por meio da manutenção das parcelas hortifrutícolas, o respeito pelos sistemas dominantes do relevo, a relação formal equilibrada entre espaços edificados e não edificados, a implantação de referências arquitetônicas em locais de destaque e a sublimação de referências paisagísticas (Figura 1). Esse modo de construir impregna o espaço urbano de valores culturais, humanos e simbólicos, fundamentais à memória e à identidade de um povo, infelizmente, cada vez mais reduzidos nas últimas décadas, devido às construções aleatórias e clandestinas.



Foto: Marcelo Almeida Oliveira.

FIGURA 1 – Vista panorâmica do núcleo classificado da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.

No caso específico das parcelas hortifrutícolas dos assentamentos coloniais, elas sobressaíam não só pela componente econômica, identificada basicamente na produção de subsistência, mas também pelas componentes estéticas e socioculturais, que reforçavam a privacidade da vida doméstica e proporcionavam o ócio. Esses lugares de produção e sociabilidade, eram igualmente marcados por espacialidades amenas, expressas pela frescura, pelos aromas, pelas sonoridades, pela tactibilidade dos seus componentes, o que proporcionava ampliação dos sentidos e das emoções em seus usuários (Figura 2).

Mediante esse enfoque, consideramos os espaços abertos privados como parte significativa do patrimônio paisagístico das cidades luso-brasileiras.



Foto: Marcelo Almeida Oliveira.

FIGURA 2 – Socalcos na paisagem de Ouro Preto, antigos registros da ocupação ocorrida na cidade classificada. Alguns deles permanecem como lugares de cultivo e de estadia para os seus moradores.

Em linhas gerais, a paisagem da cidade colonial mostrava-se como um grande jardim ao olhar de seus habitantes. Identificamos, nos relatos dos viajantes estrangeiros – especialmente do século XIX – impressões semelhantes, ao tratarem dos conjuntos urbanos normalmente organizados em harmonia com o relevo, na maioria das vezes coberto por uma massa de vegetação resultante da interação das parcelas hortifrutícolas. Algumas narrativas, apesar de elas não se prenderem a detalhes muito específicos, deixam transparecer o encantamento proporcionado por essa situação.

Identificar o referido traço é essencial, pois facilita a compreensão do desenho urbano praticado no Brasil, desde o século XVI. Assim, torna-se necessário recorreremos às origens, a partir de determinadas fontes. Ao examinarmos a cartografia do período colonial, em particular, a do conjunto urbano de Salvador, percebemos a menção feita à palavra “ortas”, indicada em manuscrito aquarelado de João Teixeira Albernaz I (1631) (Reis Filho, 2000, p.27).

Os relatos e a cartografia existentes demonstram, com clareza, a forte presença do cultivo em povoados, vilas e cidades. É preciso atermo-nos à noção de paisagem oriunda da

tradição lusíada, fundamentada na imagem da policultura intensiva – desejada por todos, mas nem sempre viabilizada com sucesso no Ultramar, em específico no Brasil, devido a uma série de problemas conjunturais, dentre eles, a escassa mão-de-obra empregada na produção de alimentos. Mesmo assim a *urbe* brasileira, desde a origem, apresentava traços da cultura portuguesa resultando em locais recheados de hortas/pomares e outros tipos de espaços abertos que impregnaram o desenho dos conjuntos construídos. Sem dúvida, os citados traços favoreceram a criação de vínculos afetivos dos moradores com os lugares habitados, estabelecidos, sobretudo, pelo contato mais próximo com o espaço envolvente. Tal singularidade tornou distinta a apreciação da cidade colonial, marcada pela riqueza de odores, perspectivas, nuances, sabores, sons, advindos dos espaços abertos contidos no interior da malha urbana.

Mesmo lidando com exíguos exemplos, fornecidos pela bibliografia consultada, supomos que as hortas situadas ao longo de sistemas úmidos, no geral, correspondiam a parcelas maiores que as da maioria dos quintais, considerados como as menores parcelas contidas na malha urbana, não ultrapassando o tamanho das cercas monásticas – espaços abertos, delimitados por muros, na envoltória de conventos e mosteiros, geralmente constituídos por hortas, pomares e jardins. Situação semelhante é identificada nas cercanias, onde as chácaras eram igualmente evidentes, principalmente em locais de relevo marcante (Oliveira, 2008, p.118-241).

O estudo iconográfico contribui para o entendimento dos espaços abertos no tecido urbano, sobressaindo-se no material pesquisado a representação do núcleo de Olinda, inserido no manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia, c.1630 (Reis Filho, 2000, p.82, 331). Aproveitamos o exemplo de Olinda para ressaltar, dentre outras, as memórias de Henry Koster, em 1816.

(...) A cidade de Olinda é construída sobre um outeiro: sua situação, observada do mar, é do mais agradável efeito. Igrejas e conventos que se elevam sobre os cimos e os flancos da colina, seus jardins e suas árvores, semeados aqui e além entre as casas, dão a mais alta idéia de sua beleza e extensão (...) (Koster, 2002, v.1, p.64).

Esta ideia de paisagem também foi tratada por Michel Parent (1967), consultor da UNESCO, ao defender a preservação do primitivo assentamento de Olinda, declarado Patrimônio da Humanidade em 1982.

(...) Olinda não é uma cidade, é um jardim transbordante de obras de arte, e que não cessa de polarizar e de perseguir a imaginação dos artistas (Parent, 1967, *apud* Tirapeli, 2001, p.47).

O emprego do vocábulo jardim para designar a referida cidade é bastante significativo. Tal entendimento, a nosso ver, reforça a condição de lugar aprazível, propício a novas experiências de ver o mundo, por meio dos sentidos, além do domínio da racionalidade. Para melhor compreendermos essa dimensão da paisagem, devemos reconhecer que determinados elementos, considerados leves, são tão fundamentais quanto os componentes físicos da forma urbana. A ordem, na cidade colonial, observada a partir da integração entre a estrutura cultural e ecológica, ajuda-nos a perceber melhor essas particularidades, ligadas à dimensão sensitiva do espaço.

Sob esse aspecto, as parcelas hortifrutícolas inseridas no tecido urbano continuam sendo avaliadas, na essência, como jardins ou lugares amenos e secretos, por ampliarem a capacidade perceptiva dos seus fruidores, dotando-os de maior consciência em relação ao espaço que habitam, assim como descrito em relatos inaugurais.

Nesse sentido, a paisagem deve ser compreendida a partir das relações e das inter-relações entre as estruturas cultural e ecológica de um determinado lugar (Magalhães, *in* Abreu, 1994, p.111-113).

Os componentes da estrutura cultural referem-se aos sistemas antrópicos na paisagem, fundamentam-se em concepções estéticas, econômicas, sócio-culturais, relacionadas a valores próprios de uma época, que acabam incidindo na regulação de padrões de ocupação e uso do solo e na difusão de morfologias e tipologias específicas, concernentes ao modo de construir e habitar o espaço. Nas cidades coloniais, tais realizações estavam eminentemente vinculadas às particularidades biofísicas dos respectivos sítios, portanto à estrutura ecológica. A morfologia dos assentamentos primitivos expressava uma forte articulação, interdependência e continuidade entre a forma urbana e os condicionantes do meio natural. Equivale dizer que, por meio da valorização do complexo ecológico de cada lugar, os aglomerados mantinham-se em equilíbrio com o clima, a geologia, o relevo e o solo de cada sítio.

No referido contexto, é necessário considerar que água e solos férteis eram tidos como componentes essenciais para o desenvolvimento da agricultura, subsidiária à vida urbana, o que não deixou de ser observado, na maioria das vezes, na escolha de sítios a serem povoados (Oliveira, 2013, p.9).

Jardins coloniais brasileiros:

produção associada ao ócio

Nos jardins coloniais brasileiros, era evidente o caráter utilitário, intrinsecamente associado à produção de alimentos. É importante salientar que, segundo os padrões tradicionais, se considerava a agricultura muito mais do que uma simples atividade produtiva. Era também uma fonte inestimável de conhecimento, que colocava o Homem em contato permanente com os atributos, os ciclos e os ritmos da Natureza.

Os jardins, hortas e pomares constituíam verdadeiros complexos culturais, estéticos e utilitários, onde forma, função e técnicas construtivas se tornavam indissociáveis e cada parte e elemento tinham razão de ser. Nos povoados brasileiros, tais locais mantinham-se articulados, contribuindo para a consolidação de estruturas ou tecidos urbanos. Os conjuntos existentes ainda refletiam a capacidade interpretativa de seus proprietários que, na maioria das vezes, se mostravam preocupados com a conservação dos recursos naturais, em particular, com a manutenção da água, do solo e da vegetação, o que resultava na ocorrência de espacialidades amenas e bem diversas (Figura 3).



Foto: Marcelo Almeida Oliveira.

FIGURA 3 – Vista panorâmica do núcleo classificado da cidade de Olinda, Pernambuco. Nota-se a presença marcante da vegetação associada aos espaços abertos privados.

A água, sem dúvida, é elemento essencial nos jardins, determinando a localização e o desenho de muitos desses lugares de produção e de recreio. Daí a necessidade da escolha adequada dos sítios para o desenvolvimento da agricultura, intrinsicamente associada à valorização do recurso solo, da sua permeabilidade e da vegetação no espaço urbano. Considerando-se a difusão desse tipo de ocupação nos primitivos assentamentos, as parcelas hortifrutícolas encontravam-se dispostas ou de modo isolado, ou por meio de continuidades, situações decorrentes da interpretação sábia do sistema ecológico e da sua articulação com o sistema cultural.

De acordo com a dimensão e a finalidade das parcelas hortifrutícolas que compunham as estruturas de permeabilidade do solo e de vegetação no tecido urbano – de modo descontínuo, semicontínuo ou contínuo –, havia maior ou menor distinção formal e funcional entre suas partes, o que acabava transparecendo no uso do recurso hídrico, potencializado por meio da disposição de sistemas hidráulicos. Nas residências abastadas, situadas nas cercanias, dependendo da maneira como a água era aproveitada, ficava patente a diferenciação entre os sistemas ornamentais e os produtivos.

A vegetação era igualmente outro elemento estruturador do espaço que contribuía para o seu desenho. O uso de espécies vegetais, além de assegurar a contenção, o ordenamento dos recintos privados, também garantia o estabelecimento de hierarquias funcionais e mesmo a definição de locais de estadia ou permanência, que ajudavam a orientar a percepção dos seus usuários, possibilitando um melhor entendimento dos lugares vivenciados (Lamas, 2000, p.58).

As latadas e as vedações – naturais ou artificiais – são também elementos tipológicos que influenciaram o caráter das unidades ou dos conjuntos formalizados. A presença deles e a própria escolha das espécies vegetais utilizadas não era fortuita no desenho dos jardins.

As latadas e a maioria dos artifícios congêneres devem ser entendidas a partir da lógica construtiva eminentemente pautada pela dimensão cultural, estética, funcional e vivencial. Constituíam verdadeiras sínteses de aroma, cor, forma e sombra, que transformavam quaisquer parcelas produtivas em lugares aprazíveis, como acontecia nos laranjais, ordenados em alamedas ou ruas (Freyre, 2003, p.351-353). A escolha das espécies vegetais deve ser entendida não só pelas suas características produtivas, mas também pelas suas particularidades estéticas.

Muros, sebes e valados eram elementos que definiam o fechamento e a vedação dessas parcelas. Além do papel que desempenhavam, evitando a ocorrência de danos provocados por animais e pessoas nas plantações, contribuía para a espacialidade dos jardins, em particular para a integração das diversas unidades no interior de cada parcela, o que variava

de acordo com a dimensão dos terrenos. Ficava bem evidenciada, no entanto, a demarcação entre o espaço privado e o público, aspecto que adquiriu maior expressão com os muros, que também funcionavam como estruturas de suporte para a construção de bancos, fenestrações e latadas, conferindo aprazibilidade aos recintos.

Em situações de relevo mais pronunciado, foram construídos socalcos ou terraços para melhor aproveitamento dos terrenos destinados ao cultivo, presentes em vários pontos da serra de Ouro Preto. Nessas circunstâncias, a adoção de determinadas técnicas buscava a racionalização dos recursos naturais, principalmente por meio do desenho baseado no traçado de geometria simples, normalmente identificado nos canteiros das hortas e no alinhamento dos pomares, resultando em espaços complexos e dinâmicos (Figura 2).

Parece-nos também oportuno ressaltar o significado do termo *Natureza* na cultura lusíada, que serviu de base para materializar os diversos tipos de parcelas hortifrutícolas existentes no tecido das cidades coloniais. Nesse sentido, as noções de abundância, aprazibilidade e fertilidade também se fizeram presentes em jardins, hortas e pomares na paisagem brasileira, tanto na periferia da *urbe* quanto no seu interior.

Assim, ficava destacada, no imaginário da *urbe* colonial, a continuidade cultural e natural, observada em sua paisagem, não raras vezes comparada a um grande jardim.

Em síntese, as manifestações acima analisadas devem ser observadas como adaptação da herança portuguesa no Brasil.

A pulverização do patrimônio paisagístico:

traço da cidade contemporânea

Na atualidade, é patente a escassez de vegetação no tecido das cidades brasileiras, o que se torna mais evidente nas periferias urbanas. Esses espaços, geralmente desprovidos de atributos formais e qualidade de vida, são pouco atrativos e por demais áridos e hostis. Normalmente, são ambientes despojados de apegos afetivos, simbólicos e referências histórico-culturais, o que minimiza qualquer sentimento pelo lugar, ao contrário daquilo que acontece nos conjuntos sedimentados pelo tempo. A inexistência ou mesmo o enfraquecimento da identidade arquitetônica e paisagística nas cidades certamente influencia a alienação dos habitantes, repercutindo num quadro de neurose coletiva, patologia urbana e violência social (Magalhães, 1996, p.214-215).

Juntamente com o desapego pelas próprias raízes, essa situação tende a agravar-se. Podemos falar da disseminação de mentalidade que leva grande parte da população a

associar o aspecto histórico ao que é considerado velho ou ultrapassado. A incorporação dessa maneira de pensar bloqueia ou inibe a capacidade interpretativa das pessoas. A incidência desse fenômeno certamente tem afetado o discernimento daqueles indivíduos que pouco ou nada conhecem a respeito dos locais onde habitam, com chances de tornarem-se indutores ou promotores de práticas equivocadas. Acabam realimentando processos especulativos que incidem na fragmentação do patrimônio paisagístico. Olhemos para o que acontece nos núcleos tombados ou classificados, principalmente no tocante à conservação dos espaços abertos. Em diversas situações, observamos a ocorrência de costumes ou hábitos oportunistas que resultam no corte da vegetação, na destruição de terrenos agrícolas, na impermeabilização do solo e na ocupação clandestina e/ou irregular dos terrenos não edificadas.

Apesar de os núcleos antigos serem preservados por instrumentos legais, muitos moradores deixam-se guiar pelo desejo de rentabilizar ao máximo os seus imóveis. Em consequência, a paisagem fica corrompida e os valores tradicionais, enfraquecidos. Considerados pouco rentáveis, os espaços abertos sofrem os mais diversos tipos de abuso, dentre eles, a construção de acréscimos irregulares ou “puxados”, de garagens cobertas, a incidência de desmembramentos clandestinos, a impermeabilização indevida do solo e a destruição da vegetação e dos sistemas hidráulicos. O avanço desses problemas, além de provocar o aumento da taxa de ocupação do solo, prejudica em demasia a forma urbana e a continuidade dos atributos que particularizam os conjuntos classificados.

A disseminação de práticas como as mencionadas, aparentemente inofensivas na ótica de quem as concebe e divulga, representa na escala urbana o surgimento de graves danos ecológicos e culturais, que comprometem a dinâmica equilibrada da paisagem. Por menos prejudicial que possa parecer a ocupação das parcelas hortifrutícolas, essas ações acabam interferindo na integridade do patrimônio arquitetônico e paisagístico. Com base nesses aspectos, podemos refletir sobre o modo como os núcleos antigos tombados têm sido mal preservados, repercutindo na debilidade da relação entre os espaços edificados e os não edificados, entre o Homem e o lugar onde reside, entre os moradores e as tipologias tradicionais, o que tem levado ao comprometimento da identidade, da memória e do caráter dos respectivos conjuntos.

No âmbito dos núcleos antigos de Olinda e Ouro Preto, não podemos deixar de refletir sobre a segregação cultural, física e social, existente e bastante visível em relação às periferias. Se os conjuntos denominados de “Patrimônio da Humanidade” ficam distinguidos com tão honrada condição admitida pela UNESCO, isso deveria ser incentivo a seus administradores, para promoverem uma integração mais justa e coerente entre as partes e o

todo, pautada pela requalificação do espaço e pela coesão de componentes essenciais da paisagem. As contradições, no entanto, permanecem acentuadas, inclusive pela proteção exclusiva a certos setores específicos, periodicamente conservados segundo procedimentos técnicos que valorizam principalmente a permanência das edificações “notáveis”. A realidade observada nesses lugares é reflexo do modo de pensar ou conceber a paisagem, cada vez menos humana – mais artificial, musealizada e plastificada – prejudicando sobremaneira a continuidade da forma urbana, comprometendo até mesmo sua funcionalidade e depreciando o saber, a memória e a identidade dos habitantes que a conservaram ao longo do tempo.

Essas ações, disseminadas e defendidas num determinado âmbito da cidade, parecem-nos sem cabimento, principalmente ao observarmos as rupturas e segmentações que ocorrem em seu tecido. Referimo-nos, mais particularmente, ao avanço da ocupação aleatória de caráter clandestino nos espaços abertos. O fato não pode ser avaliado como algo esporádico, sem importância, como, aparentemente, tem sido considerado. Repercute, sobretudo, no aumento progressivo de processos erosivos e na instabilidade do solo, representando riscos de vida para os moradores, prejudicando a continuidade de componentes culturais e ecológicos no meio urbano.

Nesse contexto, a ineficácia do planejamento tradicional e/ou setorial tem influenciado o agravamento do mencionado quadro, refletindo-se numa urbanização fora de controle que vem acontecendo ao longo das últimas décadas.

O planejamento global e a proteção do patrimônio paisagístico

Diante da reflexão que temos desenvolvido, é fundamental evidenciar, o conceito de planejamento global, defendido por Ribeiro Telles (1995, 1994), fundamentado na valorização da unidade ecológico-estética da paisagem. O planejamento, nesse sentido, é percebido como instrumento regulador das forças transformadoras que incidem sobre um determinado meio. A noção em si também diz respeito à preservação da beleza ou da essência dos lugares. O ato de planejar significa intervir com consciência. Pressupõe trabalhar com o desenho da paisagem em favor da permanência de seu caráter ou de sua identidade e da memória coletiva. Em termos práticos, envolve a mudança de procedimentos técnicos e administrativos, tendo em vista a adequada valorização e gestão da paisagem. Nesse sentido, deve ocorrer a proteção dos recursos naturais e dos ecossistemas, a recuperação ou a requalificação dos espaços abertos urbanos, dentre eles, os espaços privados – sobressaindo-se os jardins, as hortas e os pomares. Isso, além de

contribuir para o favorecimento da biodiversidade no espaço urbano, contribui ainda para o desenvolvimento de atividades culturais e produtivas (Telles, 1994).

Na ótica de Ribeiro Telles, o planejamento global tem o sentido de promover dignidade e justiça social no campo e nas cidades. Isso é particularmente considerado por meio da perspectiva do ordenamento da paisagem e da conservação dos sistemas tradicionais de produção, que sempre fizeram parte da cultura popular e hoje em dia se encontram cada vez mais dilapidados ou prejudicados com o abandono ou o retalhamento do solo, problemas agravados com a ocupação aleatória ou mesmo clandestina na cidade real. Nos países periféricos ou emergentes, como é o caso do Brasil, essa situação encontra-se agravada devido à incidência de modelos de desenvolvimento econômico que vêm acompanhados de apelos à modernização e ao progresso. Além de se traduzirem em grandes concentrações populacionais nos maiores centros urbanos, com prejuízo da qualidade de vida, também privilegiam a expansão das monoculturas no campo. Os danos ocorridos são alarmantes, comprometendo o equilíbrio biológico-ecológico de todo o ambiente, reduzindo as potencialidades de cada lugar, afetando a qualidade de vida dos seus moradores (Telles, 1994).

Assim, parece-nos sensato não só reforçar a importância da manutenção das hortas e do cultivo no interior do tecido das cidades, mas também preservar ou recriar a interação entre os vários tipos de espaços destinados ao lazer e/ou à produção de alimentos. Esse objetivo é notadamente logrado por meio do planejamento, no caso, orientado para busca da articulação entre o *ager* (campo) e a *urbe* (cidade), promovendo a existência do *continuum* cultural e natural na paisagem. Nesse âmbito, o todo é entendido a partir da mencionada integração, devendo abranger os espaços produtivos e os ecossistemas protegidos (Telles, 1994, 1995). O que se pretende é a conservação ou a formalização de ambientes ecologicamente sustentáveis, biologicamente mais diversos, equilibrados e humanizados, favorecendo a proteção de mananciais, microclimas e solos produtivos, melhorando a oferta e a qualidade dos alimentos obtidos.

Essa necessidade tem sido aos poucos retomada pela sociedade contemporânea. Na Europa, durante as últimas décadas, é evidente uma valorização crescente da agricultura urbana, em função da ocorrência de novas visões culturais e argumentações baseadas nos campos da ecologia e da pedagogia, a par de questões sócioeconômicas (Telles, 1994; Bohn & Viljoen, 2005; Freire & Ramos, 2014a). Isso pressupõe a valorização e a (re)integração de áreas agrícolas por meio de novos padrões de desenvolvimento urbano, em resposta às demandas existentes (Freire & Ramos, 2014a).

Reforçamos a ideia de permanência dos espaços hortifrutícolas nas cidades, sustentada por múltiplos benefícios e diversas razões, relativos aos domínios ambientais, emocionais, sociais e econômicos, aspectos intrinsecamente associados às qualidades dos espaços cultivados. Nesse sentido, as parcelas hortifrutícolas contribuem para a salubridade nos aglomerados; proporcionam elo de ligação entre o Homem e a Natureza, em resposta às necessidades de ordem cultural, espiritual e psicológica; estimulam o crescimento de economias locais, por meio do incremento da renda familiar; promovem a biodiversidade, a prática do recreio ativo e passivo, a produção e a maior diversidade de alimentos, a transmissão de saberes, a vivificação da cultura, ou seja, os espaços de cultivo colaboram para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano (Telles, 1957, 1997).

As hortas, os pomares e/ou jardins, ao ocuparem espaços não edificadas, vazios ou degradados, tornam-se uma componente fundamental da estrutura ecológica da paisagem urbana. As parcelas hortifrutícolas, ao fazerem parte dessa estrutura, contribuem para o estabelecimento de continuidades fundamentais nos níveis ecológico, social, estético e cultural (Freire & Ramos, 2014b).

Na realidade brasileira, ainda que não haja maiores preocupações com a manutenção de hortas e pomares no meio urbano, minimamente organizados, acreditamos numa mudança de tal conjuntura. Isso pode ser pensado em termos da revalorização da tradicional multifuncionalidade da paisagem – enquanto espaço de produção, de recreio e de proteção – aos poucos retomada no mundo contemporâneo; fato vinculado à noção global do patrimônio paisagístico, presente no todo e que constitui a cidade (antiga e contemporânea). O reflexo dessa concepção, baseado numa visão integrada entre sistemas naturais e culturais, possibilita o surgimento de oportunidades econômicas compensadoras, favorecendo a abertura de novos negócios e serviços e a oferta de empregos, especialmente em lugares privilegiados pela presença marcante de seus elementos e/ou recursos naturais e culturais, onde se encontram evidentes os espaços verdes e/ou produtivos nos domínios particulares. É nessa vaga que os empreendedores tornam-se adeptos da consciência ambiental, passando a defender as paisagens, silvestres e/ou cultivadas, detentoras de espacialidades amenas, qualidades sensoriais e físicas dificilmente percebidas nas grandes cidades.

Síntese final

O que se valorizou na base da cultura ancestral deveria ser considerado hoje em dia na ótica da preservação patrimonial.

(...) Não tendo agora por objetivo a conservação de um património que possuí, enquanto tal, um interesse apenas relativo e limitado, mas antes a conservação da nossa capacidade de lhe dar continuação e de o substituir, essa propedêutica exigiria repensar e reaturar inteiramente a totalidade das nossas práticas actuais do património (Choay, 2006, p.224).

Tratou-se, ao longo deste artigo, de uma nova concepção de planejamento da paisagem, principalmente, no tocante à permanência e à ativação da unidade edifício/parcela nas cidades classificadas. É necessário reaprendermos a ver beleza e cultura mesmo naquilo que o senso popular julga ser banal ou simples e os técnicos ignoram como espaços a serem protegidos, ou seja, referimo-nos mais particularmente às hortas, aos pomares e/ou aos jardins utilitários e/ou de ócio. Por meio do desenho desses lugares, é possível compreendermos aspectos fundamentais da forma urbana, além de percebermos a noção de Natureza que continua impregnando a paisagem brasileira, marcada pelo binômio da produtividade e do recreio. Exemplificamos o mencionado entendimento a partir do que Maria Carmem Bastos comenta a respeito do seu jardim, situado na cidade classificada de Olinda:

(...) É o lugar em que existe a possibilidade de se relacionar com a natureza e fazer parte dela. Plantar, observar as diversas formas, cores e texturas da vegetação, colher e provar os frutos e sentir os vários aromas (...). São práticas que eu mantenho desde o tempo em que morava numa granja da família. Apesar de conservar o gosto pelo plantio, tento não interferir no processo de sucessão que ocorre no pomar. Muitas das mudas de árvores que existem nele, não fui eu que as plantei, foram as aves que as semearam. Daí, nasceram os pés de goiaba, pitanga e saputi. Outras árvores já existiam, antes mesmo de adquirir essa casa, como as mangueiras e o pé de cajá. No entanto, também, tento deixar as minhas marcas no local, criando condições para que a folhagem de menor porte possa se esparramar, preguiçosamente, por entre os sombreados densos das grandes árvores, que já dominam em altura o lugar (...).²

Demonstrações de afetividade como essa incentivam a conservação tanto do espaço aberto quanto da estrutura urbana. Dizemos que a experiência poética advinda do ato de cultivar a terra continua fazendo parte da vida na cidade classificada, que ainda guarda forte apego ao mundo da ruralidade, especialmente no âmbito de certos conjuntos. Hortas e pomares são tomados como fontes de ensinamento e criatividade, sempre a estimular o amor, o intimismo e a saudade, sensações e sentimentos provenientes do convívio com os atributos da Natureza, assim como acontecia no passado. Na fala de quem se apercebe em sintonia com a vegetação, as cenas descritas são dotadas de profundidade e realismo.

² BASTOS, Maria Carmem de Queiroz. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda. 2005.

(...) A horta me ensina muito, porque ela é viva. É uma surpresa diária. Sua dinâmica é surpreendente. É maravilhoso acompanhar tudo isso! o crescimento das árvores, as floradas, as frutificações, os insetos, os pássaros (...). Quando estou triste, venho para cá, fico no meio da horta, principalmente num lugar mais fechado, onde têm mais árvores concentradas. Aí, eu fico melhor. Acho que as árvores são minhas amigas. É uma relação de troca fantástica (...).³

Não podemos prescindir da ocorrência dessas espacialidades, associadas à dispersão de aromas, luzes, sonoridades, taticidades, em favor do olhar à distância, ainda valorizado pela preservação patrimonial brasileira, fundamentada em concepções formalistas. Torna-se necessário alertarmos para os riscos da vigência das referidas concepções, pois isso poderá resultar na completa artificialização do todo construído nas cidades classificadas, como já vem ocorrendo em várias delas.

Só recentemente, a partir da década de 1990, se verifica com maior peso a influência do pensamento ecológico nas instituições ligadas à proteção patrimonial (Oliveira, 2008, p.387). Supomos, no entanto, que o citado modo de conceber a preservação dos bens culturais ainda não tenha unanimidade no universo administrativo marcado sobretudo pela prática da proteção setorial, como se o monumento e o seu entorno pudessem se manter desvinculados da estrutura ou do sistema de múltiplos elementos que interagem no espaço como um todo. No Brasil, raramente se prioriza a conservação integrada e efetiva de componentes culturais e naturais na escala urbana, seja devido à omissão das Prefeituras Municipais e de outras instituições do poder público, seja pela vigência de interesses particulares ou em virtude do desconhecimento e do despreparo dos técnicos que lidam diretamente com o desenho das cidades. O avanço de tal situação, já mencionada, representa um sério risco para a continuidade dos conjuntos tombados ou classificados e do patrimônio paisagístico.

Referências

BOHN, K. & VILJOEN, A. "More space with less Space: an urban design strategy". In: A. Viljoen. **CPULs, continuous productive urban landscapes – designing agriculture for sustainable cities**. Oxford, Architectural Press, Elsevier, 2005, p.10-16.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006. (Coleção Arte & Comunicação).

³ COELHO, José Efigênio Pinto. Artista e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto. 2006.

CHOAY, Françoise. **Património e Mundialização**. Évora: Casa do Sul Editora & Centro de História de Arte da Universidade de Évora, 2005.

FREIRE, M. & RAMOS, I. "Agricultura em espaço urbano: dinâmicas antigas e recentes. O caso estudo da cidade de Évora". **6th International Conference on Urbanism Research (VISIU)**. Barcelona, Espanha: School of Architecture of Barcelona (ETSAB), 19-20 junho 2014a.

FREIRE, M. & RAMOS, I. "Agricultural soils – a fundamental common good in urban areas: a strategy for recovering their identity". 'Quaderni di Careggi' series, volume 6, ISSN 2281-3195. *In: UNISCAPE*. Florence, Italy. Scientific Editor: Dr. Amy Strecker, 2014b, s.p.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003.

KOSTER, Henry, 1793-1820. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002. v.1. (1ª edição Londres: Longman, Hurst, Rees, 1816).

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

MAGALHÃES, Manuela Raposo de. "Paisagem urbana e interface urbano-rural". *In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). Paisagem*. Lisboa: Direcção geral do ordenamento do território e desenvolvimento urbano. 1994. p.99-120. (Coleção Estudos 2).

MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. **Morfologia da Paisagem**. 1996. Tese (Doutorado em Arquitectura Paisagista). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Portugal, 1996. (Texto policopiado).

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture**. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. [Edição original: 1976].

OLIVEIRA, Marcelo Almeida de. "Hortas na malha urbana: história e perspectiva para o planejamento ambiental". *In: MG.Biota*. Belo Horizonte, Instituto Estadual de Florestas, 2013, p.4-34.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida de. **O património paisagístico nas cidades luso-brasileiras: um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto**. 2008. Tese (Doutorado em Artes e Técnicas da Paisagem). Universidade de Évora, Portugal, 2008.

PARENT, Michel. Dossiê IPHAN/UNESCO, Arquivo Noronha Santos, 1967. *Apud: TIRAPELI, Percival. Conhecendo os Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. "A importância actual da vegetação na cidade". **Revista AGROS**, Ano XL, nº 2. Lisboa: AEA/Instituto Superior de Agronomia, 1957, p.137-141.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. A paisagem do futuro. *In*: Universidade Federal de Évora. Secretariado Editorial (Coord.). **[Doutoramento "Honoris Causa" de Professor Doutor Gonçalo Ribeiro Telles]**. Évora, 1995. p.17-19.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. Paisagem Global. *In*: ABREU, Margarida Cancela de (Coord.). **Paisagem**. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano-DGOTDU. 1994. p.29-45. (Coleção Estudos, 2).